



Proc. Administrativo 5- 4.245/2025

De: Claudia R. - SEFIN-DC-NCG

Para: SEADM-SC-Adminis - Administrativo Compras - Geral

Data: 22/05/2025 às 12:31:53

Setores envolvidos:

SEADM-SC-Adminis, SEFIN, SEFIN-DC-NCG

Curso de Planejamento

Prezados,

segue RQ 34 - JUSTIFICATIVA. AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO.

At.te.

—

Claudia Josiane Roel

escriturário/extinção

Anexos:

RQ_34_JUSTIFICATIVA_AUTORIZACAO_DISPENSA_DE_LICITACAO.pdf



AUTORIZAÇÃO/JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTO LEGAL
(INCISO II DA LEI 14.133/21)

REQUISIÇÃO Nº	1447/2025
PROCESSO GOVBR Nº	99353/2025
SECRETARIA DE	FINANÇAS
FORNECEDOR (Razão Social)	J. M. M. SCARAMELLI ASSESSORIA E TREINAMENTOS
CNPJ/MF Nº	29.247.017/0001-20
PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº	4366/2025
EMPENHO Nº	5622/2025
OBJETO RESUMIDO:	SV. DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE 02 SERVIDORES NO "CURSO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO - PPA, LDO E LOA ON LINE, DIAS 04, 05 E 06/06/2025.
VALOR GLOBAL	R\$ 3.200,00

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO: a contratação do treinamento/capacitação se faz necessária para aprimorar o conhecimento sobre os assuntos abordados e atualização das informações cobradas nas fiscalizações, objetivando a redução dos apontamentos do TCE e do MP.

II- DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Em 01 de abril de 2021, entrou em vigor a Lei 14.133/2021, iniciando um novo marco nas Licitações e contratos. Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis, a lei previu exceções a regra, como a Dispensa e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de contratação realizada sob obediência ao estabelecido no artigo 72, Lei 14.133/2021;

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
Secretaria de Finanças - SEFIN



- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente. Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No nosso caso em questão, a contratação ora AUTORIZADA, tem base jurídica no inciso **(II)** do artigo 75 da Lei nº 14133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

- II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Valor atual R\$62.725,59 – Vide decreto nº12.343 de 30 de Dezembro de 2024).

III - DA RAZÃO DA NÃO REALIZAÇÃO DE DISPUTA ELETRÔNICA PREVISTA NO DECRETO MUNICIPAL 8.059/23 (§5º, do Art. 3º, do Decreto Municipal 8.059/23)

A necessidade da aquisição do objeto é premente, não podendo assim ser objeto de disputa eletrônica nos termos do Decreto Municipal 8.059/23, tendo em vista que o decurso do prazo necessário à sua realização acarretaria na impossibilidade de realização da capacitação, prevista para os dias 04, 05 e 06/06/2025.

IV - BEM DE LUXO

O objeto é de qualidade comum e não se enquadra em “bem de luxo”, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal 8.050/23.

V - DO FRACIONAMENTO DA DESPESA

Na presente contratação fora observado o previsto nos §§ 1º a 4º do art. 3º, do Decreto Municipal 8.059/23.

VI - DO TERMO DE REFERÊNCIA





O Termo de Referência foi elaborado em atendimento ao Decreto Municipal nº 8.060/23 .

VII - DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor atrela-se tanto à justificativa de preço, quanto à sua habilitação e qualificação, além da caracterização e comprovação da situação fática que autoriza a dispensa. Em análise aos presentes autos, observa-se que os preços apresentados pela empresa estão compatíveis com os praticados no mercado, obedecendo ao Termo de Referência, sendo motivada, principalmente, pela sua notória especialização e pela singularidade da proposta do serviço/treinamento, conforme demonstrado na proposta comercial, que instruiu o processo, além da razoabilidade do valor, considerando o custo-benefício.

VIII - DA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços foi realizada nos termos do Decreto Municipal 8.057/23. Na contratação em epígrafe, verificou-se no Termo de Referência os preços praticados no mercado devido a natureza do Objeto. O preço mais vantajoso foi ofertado pela fornecedora e está descrito na planilha anexa. Comparativamente, demonstra-se que a contratação está dentro dos valores de mercado.

IX - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administração para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no artigo 62 Lei 14.133/2021.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

Diante disso deixo consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme apurado no procedimento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
Secretaria de Finanças - SEFIN



X - DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO

Os recursos para custear as despesas estão previstos no Orçamento de 2025 da Prefeitura de Leme, consignados na dotação nº 900 - 339039480000 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO - GERAL - FEDERAL - COMPENSAÇÃO UNIÃO - PLP 133 - LEI 176/202, Manutenção da Secretaria de Finanças.

Ante o exposto, nos termos do parágrafo único do Art. 72, da Lei Federal nº 14.133/21, TORNO PÚBLICA A PRESENTE AUTORIZAÇÃO, mediante divulgação no site oficial do Município de Leme - Portal da Transparência, em arquivo anexo ao pedido.

Leme, 22 de maio de 2025.

VERA REGINA PILON RODRIGUES PENTEADO
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Assinado por 2 pessoas: CLAUDIA JOSIANE ROEL e VERA REGINA PILON RODRIGUES PENTEADO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/56FF-2EC1-4EF5-DEAD> e informe o código 56FF-2EC1-4EF5-DEAD





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 56FF-2EC1-4EF5-DEAD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDIA JOSIANE ROEL (CPF 300.XXX.XXX-01) em 22/05/2025 12:32:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



VERA REGINA PILON RODRIGUES PENTEADO (CPF 101.XXX.XXX-17) em 22/05/2025 12:38:19
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/56FF-2EC1-4EF5-DEAD>